

“A construção da brasilidade”: os discursos nacionalistas nas páginas do jornal A Voz de Chapecó (1939 – 1941)

“The construction of Brazilianness”: the nationalist discourses in the journal pages The Voice of Chapecó(1939 - 1941)

Ms. Leandro Mayer (UPF/Brasil)

Dra. Rosane Marcia Neumann (UPF/Brasil)

Resumo: O artigo apresenta um estudo inédito sobre os discursos nacionalistas em torno da Campanha de Nacionalização e Repressão do Estado Novo (1937-1945) veiculados no jornal A Voz de Chapecó entre os anos 1939 a 1941. No centro da discussão figura o distrito de Itapiranga/SC - antiga colônia Porto Novo -, visto que ali estava estabelecido um núcleo relativamente homogêneo de alemães católicos. Diante de sua formação, o núcleo era visto como sinônimo de perigo e de ameaça à segurança nacional, cujo “quisto étnico” deveria ser extinto através da assimilação.

Palavras-chave: Estado Novo, A Voz de Chapecó, Itapiranga, quisto étnico.

Abstract: The paper presents an unpublished study about the nationalist discourses around the Nationalization Campaign and Punishment of the *Estado Novo* (1937-1945) served in the journal *The Voice of Chapeco* between the years 1939 to 1941. In the center of the discussion figure the district of *Itapiranga, Santa Catarina* (former colony *Porto Novo*) since there was established a relatively homogeneous core of Catholic Germans. Owing to its formation, the core was seen as synonymous of danger and threat to the national security, whose "ethnic liked" should be extinct through assimilation.

Keywords: Estado Novo, The Voice of Chapecó, Itapiranga, ethnic liked.

Introdução

Mergulhar nos discursos da imprensa em torno de episódios do passado nos faz ir ao encontro destas realidades, um exercício historiográfico imortalizado pela fonte escrita. A proposta deste estudo busca retratar os discursos sobre a “construção da brasilidade” veiculados por um pequeno jornal no Sul do Brasil entre os anos 1939 e 1941 sobre a necessidade de extinguir o mal dos quistos raciais dos núcleos coloniais contaminados de influência estrangeira. Entre estes núcleos está Porto Novo – atual município de Itapiranga/SC -, cuja zona era vista como quisto étnico que necessitava ser assimilada.

Para compreender os discursos nacionalistas em torno da Campanha de Nacionalização, precisamos primeiramente compreender como se deu a formação e a

colonização da região, visto que o empreendimento denominado Porto Novo¹, implantado na década de 1920 originou um núcleo étnico e religiosamente homogêneo no extremo oeste de Santa Catarina, alicerçado no germanismo e catolicismo. O projeto de colonização Porto Novo tem suas origens no ano 1926. A colonização foi planejada, organizada e promovida pela *Volkverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* - Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, fundada em 1912 pelos jesuítas alemães de São Leopoldo, RS. Entre os colonos, era conhecida simplesmente como *Volkverein* - Sociedade União Popular. Em 28 de janeiro de 1926 ocorre a primeira compra de terras por força de contrato, no extremo oeste de Santa Catarina. Deste modo, o projeto de colonização Porto Novo torna-se “o primeiro prolongamento da colonização teuto-brasileira católica do Rio Grande do Sul em Santa Catarina” (HEINEN, 1997). Conforme Eidt, este foi o “palco de uma das organizações coletivas mais fechadas de que se tem conhecimento no Brasil” (1999, p. 15), recebendo migrantes das colônias velhas do Rio Grande do Sul e imigrantes “natos” – *Detschländer*, que se estabeleceram principalmente no núcleo de Linha Presidente Becker, todos por sua vez, alemães e católicos, formando uma organização coletiva teuto-católica, uma comunidade alicerçada na homogeneidade étnica e religiosa e no rígido controle social exercido pelo clero. Esta homogeneidade constituída, especialmente a étnica, foi determinante para as consequências que Porto Novo passaria a sentir com a instituição do Estado Novo e da Campanha de Nacionalização a partir de 1937, quando a colônia passa a ser vista como “quisto étnico”, uma “ameaça à segurança nacional”.

¹ O nome Itapiranga foi uma sugestão dada pelo então Presidente de Estado de Santa Catarina Adolpho Konder, em visita a Porto Novo em maio de 1929. Desta maneira, os nomes Porto Novo e Itapiranga poderão ser empregados em diferentes momentos e situações históricas de contextualização, sem prejuízo ao contexto em que se inserem.

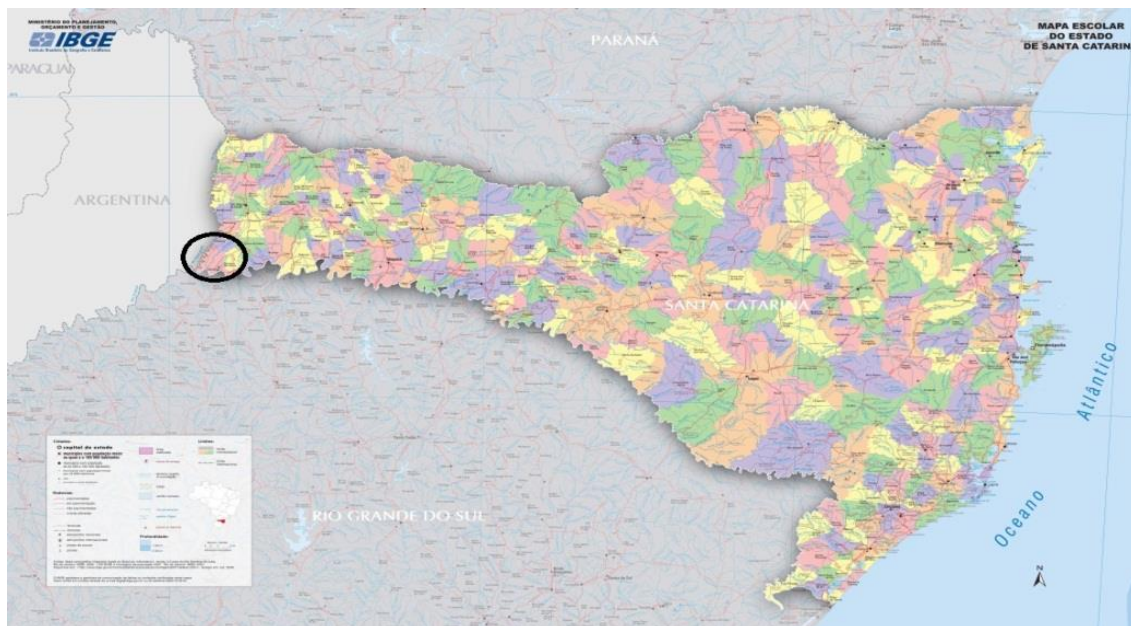


Figura 01 - Mapa de Santa Catarina. O mapa situa o atual município de Itapiranga, região que a partir de 1926 recebeu o projeto de colonização Porto Novo. É possível observar os limites geográficos da região, que se confrontam ao Sul com o estado do Rio Grande do Sul e a Oeste com a Argentina. Fonte: <http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/12/mapa-sc-municipios.jpg>.

Em 1938, Porto Novo contava com mais de 6 mil habitantes estabelecidos, uma comunidade idealizada e sustentada nos ideais e princípios do germanismo e catolicismo. Um núcleo fechado, onde todos falavam, compreendiam e usavam o alemão como língua oficial. Nas escolas se ensinava e na igreja se rezava em alemão. É por este viés que analisaremos Porto Novo neste estudo, uma zona colonial com forte valorização de elementos estrangeiros. No país, a presença alemã e grupos étnicos eram vistos como ameaça, um sinônimo de perigo. Vargas por meio de golpe de Estado instituiu o Estado Novo e desencadeou a Campanha de Nacionalização, atingindo diretamente a colônia Porto Novo, que será, portanto, analisada neste contexto do discurso nacionalista e da perseguição política e étnica, pautada em medidas de assimilação instituídas por meio de repressão policial, onde o Estado combate os “quistos étnicos” pautado no discurso da “construção de brasilidade” e na “nacionalização do estrangeiro”. Para isso, a imprensa teve um papel muito importante, pois através dela, se disseminavam os discursos nacionalistas às zonas mais longínquas, como era o caso de Porto Novo.

Partindo do pressuposto que “imigrantes e descendentes costumam exercer algum tipo de influência sobre as relações entre os países de sua origem e de seu destino” (GERTZ, 2013, p. 90), a visão que se tinha do “alemão”, personagem que emigrou para o Brasil a partir de 1824, era que ele representava ameaça, “perigo”, uma

rotulagem de décadas, que Gertz (1991) denomina de “perigo alemão”. Sobre os imigrantes alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul a partir do início do século XIX, considera que desde o começo da imigração, era atribuído a eles e seus descendentes, acusações repetidas de não integração.

Esses colonizadores se manteriam à margem da nação brasileira pela ausência de miscigenação, pela conservação da língua, dos costumes e do legado cultural em geral, do que resultaria uma verdadeira anticidade brasileira, mesmo para os descendentes que são brasileiros de fato e de direito (GERTZ, 1991, p. 13).

Perazzo argumenta que a concepção de “perigo alemão” está associada à ideia de que os países do continente sul-americano poderiam ser anexados ao *Reich* Alemão. Para tanto, segundo a teoria, Hitler usar-se-ia das colônias de alemães estabelecidas naqueles países, sendo que

a porta de entrada para essa invasão seriam as colônias de origem germânica fixadas no nosso continente, principalmente as do sul do Brasil. A idéia não foi uma criação dos Aliados, durante a Segunda Guerra. Esse medo já existia entre os países europeus desde o final do século XIX, em virtude da forma imperialista de atuação por parte da Alemanha junto aos povos africanos e asiáticos. Durante a Primeira Guerra Mundial, esta idéia ganhou impulso, passando a ser largamente debatida como forma de campanha contra os alemães, vistos como inimigos (PERAZZO, 1999, p. 49-50).

A autora argumenta que durante a Segunda Guerra Mundial a ideia de “perigo alemão” se apresentou de forma mais ameaçadora, e os alemães das colônias germânicas identificados como nazistas,

enquanto que nazismo passou a ser sinônimo de atrocidade e maldade, selvageria e matança, insensibilidade e desumanidade. O "perigo alemão" se apresentou de forma mais ameaçadora do que fora visto até então. Foi possível veicular essas imagens à medida que já existiam no imaginário nacional brasileiro -pelo menos - elementos receptivos à idéia da real existência de um "perigo alemão" (PERAZZO, 1999, p. 51).

A ideia do “perigo alemão” é constituída segundo Perazzo (1999), como um elemento presente no imaginário das pessoas, tanto no cenário político quanto social. Considera que os alemães representaram duas formas diferentes de perigo para o Brasil: uma em relação à política autoritária de Vargas e outra em relação ao contexto internacional.

Ameaçavam a política interna desenvolvida por Vargas que tinha a questão da identidade nacional uma das vigas-mestras de seu governo autoritário. A busca da brasilidade inseria-se num amplo projeto nacionalista que só poderia tornar-se viável através da centralização e fortalecimento do Estado. Desse modo, grupos étnicos que insistissem em sobrevalorizar seus aspectos

culturais e atuar politicamente dentro dos moldes de um regime estrangeiro, mesmo que voltados para as localidades onde estavam instaladas suas colônias, de forma alguma poderiam ser desejáveis no contexto da política interna do Estado Novo (PERAZZO, 1999, p. 56).

Para Neumann (2003) o fantasma do “perigo alemão” não era mais novidade:

Desde o início da imigração alemã no país, setores da intelectualidade e da elite chamavam atenção ao problema da concentração de estrangeiros da mesma nacionalidade em uma mesma área. Alegavam que essa política comprometia a formação da nacionalidade brasileira. A presença de um núcleo de estrangeiros, o qual participava ativamente da vida brasileira, com seu trabalho e com a obediência civil, mas ao mesmo tempo mantinha acesos os laços culturais que os prendiam à nação de origem, provocava um sentimento ambíguo nas autoridades nacionais: um misto de admiração e medo. A questão retornara ao debate com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando foram tomadas algumas medidas para acelerar a assimilação. Com o Estado Novo, a problemática ressurgia, desta vez com maior intensidade, e as providências para a sua resolução condensavam-se na campanha de nacionalização (NEUMANN, 2003, p. 139).

É neste contexto em que está posta a colônia Porto Novo: uma colônia com forte valorização de elementos estrangeiros, como língua alemã, falada em todos os locais, inclusive na igreja; sua principal fonte de leitura vinha da revista *Skt Paulusblatt*² (editada em alemão); os rádios embora poucos, sintonizavam as estações de rádio alemãs via ondas curtas; as escolas paroquiais ensinavam em alemão. Além disso, Jungblut (2000) afirma que os alemães espalhados pelo mundo, entre eles, natos e descendentes, se entusiasmaram pelas novidades políticas e a ideia de raça superior propagada por Hitler, e em Porto Novo a doutrina nazista também empolgou parte da população na década de 1930, conforme vemos na imagem que segue:

² Revista teuta *Sankt. Paulusblatt* - periódico redigido e publicado mensalmente pela *Volksverein*. Trazia matérias de leitura como lições de economia rural, orientações espirituais e educação cívica. Ainda sobre a revista *Paulusblatt* lemos em Klauk: “Pode-se definir a revista como um dos instrumentos utilizados pelo catolicismo da imigração implantado pelos jesuítas entre os alemães e descendentes, desde a última metade do século XIX (LUTTERBECK, 1977; SILVA, 2003; SCHALLENBERGER, 2001; RAMBO, 2002), para acompanhar e ordenar os espaços sociais do segmento católico, integrantes desse contingente populacional. E, nesse contexto, os jesuítas também podem ser compreendidos como instrumentos da Igreja na organização prática do campo associativo e político. Pois, entre 1890 e 1912, esses, de forma direta, contribuíram para a fundação de seis associações: 1890, o Centro Católico; 1890, as Associações Paroquiais ou *Pfarrvereine*; 1898, os Congressos Católicos ou *Katholikentage*; 1898, a Associação de Professores ou *Lehrerverein*; 1890, a Associação de Agricultores ou *Bauerverein*; e, 1912, a Sociedade União Popular ou o *Volksverein* (RABUSKE, 1994/1996, p. 29)” (KLAUCK, 2014, p. 142).



Figura 6 - Foto em frente ao clube 7 de Setembro, tirada em 1935. Fonte: JUNGBLUT, 2000, p. 137.

A foto tem a seguinte legenda: “Em Itapiranga, o povo se empolgou com o nazismo, desfraldando estandartes com a suástica hitlerista” (JUNGBLUT, 2000, p. 137). É importante mencionar que a foto, sendo de 1935 não pode ser criminalizada, uma vez que naquele ano não se tratava de crime, porém, este fato de aproximação e simpatia com a ideologia Nazista trouxe consequências profundas à população local, especialmente a partir de 1938, quando as primeiras ações nacionalistas de Vargas em torno da formação da identidade nacional começaram a ser postas em prática: “Na segunda metade da década de 30, os quistos étnicos chamavam a atenção dos intelectuais e das autoridades governamentais, despertando mais uma vez o fantasma do “perigo alemão”. Como resultante, desencadeara-se a Campanha de Nacionalização” (NEUMANN, 2003, p. 115). Portanto, o Estado Novo combateria os “quistos étnicos” pautado no discurso de “construção da brasilidade” e “nacionalização do estrangeiro”. Para isso, faria uso de todos os meios possíveis para sua legitimação. Neste contexto, Itapiranga inegavelmente configura-se também como um “quisto étnico”, uma vez que

o Estado Novo sentia-se ameaçado por todos os lados, seja pelos “inimigos” internos ou externos, reunidos nos supostos complôs, como pelos estrangeiros residentes no país. Em conseqüência, implementara medidas preventivas “necessárias” para a segurança nacional, dentre elas, a Campanha de Nacionalização, tendo em vista o abasileiramento dos contingentes estrangeiros localizados no país, em particular os alemães no Rio Grande do Sul (NEUMANN, 2003, p. 146).

Neumann (2003) esclarece que a Campanha de Nacionalização adotou a língua portuguesa como elemento definidor de “ser brasileiro”. “O indivíduo que residia em território nacional e a desconhecia, automaticamente era tachado de desnacionalizado e uma ameaça potencial à nacionalidade brasileira” (NEUMANN, 2003, p. 134).

O discurso nacionalista na imprensa local: o jornal A Voz de Chapecó

Ao discorrer sobre a assimilação de elementos nacionalistas da Campanha de Nacionalização em Itapiranga, é muito importante observar os discursos veiculados na imprensa local. Como na época o distrito fazia parte do município de Chapecó, recorreremos ao único jornal que circulava no período do Estado Novo naquela região: o jornal A Voz de Chapecó, cujos exemplares até o ano 1941 encontram-se em edições fragmentadas no CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina.

O jornal foi fundado em 3 de maio de 1939, tendo como idealizadores três pessoas influentes no cenário político e social do município: o Juiz de Direito Antônio Selistre de Campos, o Advogado Vicente Cunha e o Coronel Ernesto Francisco Bertaso. Este último era sócio da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. Logo o jornal consagrou-se como uma das principais fontes de informação de Chapecó, especialmente na década de 1940. Jornal de pequeno porte, como uma média de 4 páginas impressas semanalmente, circulava na cidade de Chapecó e distritos, entre eles, Itapiranga. Contemplava uma variada temática, com notícias locais, estaduais, nacionais e internacionais, com destaque à política nacional. A análise deste jornal é muito oportuna e apropriada, pois reflete parcialmente a maneira como a campanha foi apresentada e concebida pela imprensa local. Nesse sentido, a imprensa teve um papel muito importante, na finalidade de transmitir para a população os encaminhamentos e rumos político-administrativos do país.

Em maio de 1939, lemos os primeiros anúncios que conclamam a população estrangeira para efetuar seu registro: “Todo estrangeiro deve cumprir com o que dispõe o Estado Novo. Por isso faça o seu registro na Delegacia de Polícia, satisfazendo às exigências das leis de nacionalização” (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 28 de maio de 1939, p. 4). Observamos que o registro se trata de dispositivo do Estado Novo, e, o registro era obrigatório para todos os estrangeiros. Poucos meses depois, o jornal noticia que o mesmo está passando por censura policial:

O nosso periódico está sujeito á censura policial.

Julgamos do nosso dever declarar que a nossa orientação é servir á coletividade, esclarecer as altas autoridades do Estado no que diz respeito a Chapeco’, não pretendemos louvores nem quaesquer outras recompensas, de modo que de certeza ha de haver o melhor entendimento entre este Jornal e a autoridade policial que tem de cumprir o seu dever. (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 2 de julho de 1939, p. 2)

A censura era um meio eficiente de controle de tudo o que era publicado e tivesse alguma relação com o Estado Novo. Nesse sentido, a censura foi uma forma eficaz de controle da opinião pública, empregada pelo governo. Coincidência ou não, duas semanas depois da emissão da nota sobre a censura, o diretor do jornal, Vicente Cunha, publica uma nota na primeira página, com o título de *Nacionalização*:

De certo tempo a esta parte vem se falando, com grande insistência, em nacionalização do ensino primário, afim de **extinguir os quistos raciaes** ou impedir o seu desenvolvimento.

Refere-se essa expressão aos meios coloniaes que vão levando completamente estranha á historia, tradições e finalidade brasileira.

Apregoa-se que o Estado Novo, ou regime, implantado no paiz, pela Constituição de dez de Novembro atendeu a esse problema e lhe vem dando solução consertanea com a sua magnitude e para conjurar o perigo que apresenta á vida nacional.

Nossa opinião, imparcial e despida de paixões é que **até a presente data muito pouco se tem feito para sanar o grande mal.**

Digamos mais claramente, neste município, tudo está por se fazer. Os núcleos contaminados por influencia estrangeira, estrangeiros continuam em todo o seu existir.

Uma população aproximada a dez mil almas, que, tal é a que ocupa a zona compreendida entre os faixos rios Chapecó e Peperi, quer se identificar com a nossa vida nacional mas não tem os meios que de direito lhe cabem e era do nosso dever lhe fornecer, isto é, boas escolas e professores competentes.

As escolas organizadas pelas empresas colonisadoras ministravam o ensino em língua estrangeira, eram segundo nos parece, subvencionadas por governos estrangeiros e foram fechadas por ordem do governo do Estado, mas depois reabertas, continuaram a ser regidas pelos mesmos professores suspeitos, sem fiscalização eficiente.

[...]

Neste assunto havia uma serie de considerações a fazer, mas a falta de espaço não o permite.

Diremos apenas que **falar em nacionalização do ensino em Chapecó é burla, ilusão, sonho, fantasia.** Alguma cousa poderia ser feita ao bem dessa finalidade patriótica e necessária, se por exemplo, Chapecó passasse a constituir uma Inspetoria Escolar e para esse posto fosse consignado o Inspetor Sr. Dr. Antonio Lucio, ou viesse outro funcionário como esse, esforçado e digno.

Alias, duvidamos que medidas concretas de utilidade real, como essa ou outra equivalente, sejam tomadas. Chapecó fica muito distante e não faltam jornais, jornalecos e escribas para estampar louvores por (...) hipotéticas pelas providencias que não passam de cogitações abstratas.

Nacionalização isso Aonde? (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 23 de julho de 1939, p. 1, **grifos nossos**).

Para o diretor do jornal, a nacionalização do ensino primário teria como efeito direto e imediato a extinção dos quistos raciais, ou seja, dos núcleos “desnacionalizados” que, segundo o autor, se desenvolvem alheios aos interesses

nacionais. O Estado Novo é a solução dada pelo governo a estes problemas, porém, segundo o autor, no município de Chapecó pouco foi feito pelo governo para “sanar” esse mal que contaminava os núcleos de influência estrangeira. A crítica está em o governo não oferecer escolas e professores para desenvolver a nacionalização, questionando assim, a eficiência da proposta de Vargas. Naquela época, diversos núcleos coloniais estavam instalados na região de abrangência do município de Chapecó, entre eles, São Carlos³, Mondai⁴ e Itapiranga.

Uma coluna datada em 5 de novembro de 1939 do jornal a voz de chapecó traz uma nota sobre o dia do Soldado, onde lemos que:

E, de acordo com as atuais diretrizes do Estado Novo, não se poderia descurar tão importante problema. Presentemente **é o exército um importante fator de nacionalização**, tanto dos indivíduos como da língua. Portanto, nada melhor do que discorrendo sobre os grandes soldados do Brasil, ensinar a nossa história e a nossa língua, cultivar a lembrança de nossos antepassados e assim INTEGRAR NA COMUNHÃO BRASILEIRA aqueles indivíduos que por deficiência do meio ou do momento ou por outra cousa qualquer, estejam separados dela (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 5 de novembro de 1939, p. 2, **grifos nossos**).

A nota atribui aos soldados a missão da integração nacional daqueles separados deste processo, ou seja, nacionalizar os núcleos de influência estrangeira, tendo portanto, uma conotação mais “repressiva” do que “educativa”.

A edição de 12 de novembro de 1939 faz referência à comemoração ao segundo aniversário do regime Estado Novo que ocorreu dois dias antes. No final do texto lemos: “Reconhecemos que o novo regime tem sido benéfico até certo ponto, mas, falando como falamos em nome do município de Chapecó, com pesar consignamos que, para nós também tem sido uma decepção a muitos respeito” (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 12 de novembro de 1939, p. 1). Esta crítica reforça o descontentamento em relação às ações nacionalizadoras desenvolvidas no município, que, ainda registra falta de escolas e professores que possam promover a nacionalização. As frequentes críticas dão a dimensão do contexto de não assistência do governo à região Oeste de Santa Catarina, onde, os núcleos continuavam contaminados de influência estrangeira, como descrito quatro meses antes pelo mesmo jornal, ou seja, o jornal é favorável ao regime

³ A colonização de São Carlos iniciou em 1927 através de projeto de colonização desenvolvido pela Companhia Territorial Sul Brasil, recebendo em sua maioria, colonos oriundos das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul. Era uma colônia católica.

⁴ A colonização de Porto Feliz (hoje Mondai) iniciou em 1922. Este ano marca o início da colonização do extremo oeste de Santa Catarina. Recebeu colonos migrantes oriundos das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul e imigrantes europeus. Era uma colônia protestante.

estado-novista, porém, enaltece que as ações de assimilação não estão chegando ao município.

Na semana seguinte, a crítica se acentuava mais uma vez:

Santa Catarina não é só Blumenau, Joinville, Brusque, Harmonia e localidades próximas. Chapecó também é Santa Catarina, é Brasil, e aqui na fronteira extrema do país, confrontando com um país estrangeiro, a República Argentina, temos quatro núcleos principais distintos, ou sejam quatro distritos, onde a ação nacionalizadora nem sempre é encarada com o carinho e esforço por parte de nossos governantes (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 19 de novembro de 1939, p. 1).

A fala demonstra a clara desassistência da região pelo governo, que não desencadeia ações de nacionalização neste local, sendo uma crítica tecida aos governantes que não encaram com carinho a ação nacionalizadora. Fica claro que a atenção do governo é dada às cidades maiores localizadas no litoral, ficando as regiões interioranas desassistidas.

Ainda em abril de 1940, uma extensa reportagem chama atenção em torno da Constituição Federal que reza sobre a aquisição da nacionalidade brasileira. Após expostos os dispositivos da Constituição de 10 de Novembro de 1937, segue o seguinte comentário do editor:

Dada a clareza diamantina dos preceitos mencionados nenhuma dúvida surgiu, salvo em relação aos menores, nascidos em país estrangeiro, que estivessem no Brasil na data referida de 15 de Novembro.

Mas, a esse respeito a vacilação desapareceu porque a Jurisprudência brasileira firmou que ditos menores seguiam a condição de seus pais, isto é, também seriam brasileiros.

Depois disso, na prática dos princípios constitucionais, por ocasião de alistamentos eleitorais, levantou a questão se havia ou não necessidade da expedição, pela autoridade competente, de um título ao estrangeiro da aquisição da cidadania brasileira.

Em geral os juizes se satisfaziam apenas com a prova de ter a pessoa, nascida em país estrangeiro, satisfeito os requisitos da Constituição e mandavam expedir o título de eleitor.

Mais tarde, por ato do Governo Federal, foi declarado que era necessaria a expedição do documento pelo Ministro do Interior, reconhecendo ter o estrangeiro adquirido a cidadania brasileira.

Entretanto, para expedição deste título declaratório de cidadão brasileiro tem sido opostos tantas e tais dificuldades, que parece que se consideram revogados os citados preceitos constitucionais.

Sabemos de pessoas, vindas crianças de país estrangeiro, creadas como brasileiros, fizeram-se homens, identificados com tudo que diz respeito ao nosso caro Brasil, eleitores, tendo exercido funções publicas por varias vezes, e hoje esbarram com mil obstáculos para receberem seu título declaratório de cidadão brasileiro.

Depois de coligirem uma serie de documentos, fazendo despesas de selos e emolumentos, remetem seus papeis á Secretaria do Interior e vem a exigência de que compareçam á capital do Estado, para fazerem sua identificação.

Mas, senhores, uma viagem de Chapecó a Florianopolis não é brincadeira.

As leis de nacionalização e brasilidade são assuntos de alta transcendência, e a sua aplicação tem de ser feita sob a inspiração de grande patriotismo.

As exigências que se afastarem dessa preocupação são ilógicas e desaconselháveis.

Não podemos nem devemos repelir o estrangeiro bem intencionado, e muito menos aqueles que se tornaram brasileiros por seus atos e pela força de nossas leis.

Invocamos a atenção do sr. Dr. Francisco Campos, Ministro do interior (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 21 de abril de 1940, p. 1, **grifos nossos**).

O jornal relata a jurisprudência para a aquisição da cidadania brasileira, reforçando ainda a dificuldade do deslocamento até Florianópolis⁵ onde o estrangeiro deveria se apresentar, e, evidencia a dificuldade encontrada pelos moradores da região Oeste de Santa Catarina em atender tal critério que fora estabelecido como uma exigência legal a ser atendida para a aquisição da cidadania.

Em junho do mesmo ano, uma reportagem foca exclusivamente ao núcleo de Itapiranga, reforçando especialmente a questão das escolas que deveriam ter seus professores contratados pelo governo, o que, por sua vez, não ocorreu:

ITAPIRANGA

Neste distrito, no ano de 1938, funcionavam doze escolas primárias, organizadas pela Empresa Colonizadora.

O ensino era ministrado em língua alemã, os livros eram nesse idioma e os professores recebiam subvenção do estrangeiro.

Depois, por ordem do governo do Estado, essas escolas foram fechadas.

E os sinos da igreja local, diariamente, dobravam a finados, por ordem da autoridade eclesiástica brasileira, em protesto ao ato governamental.

Depois, no ano de 1939, nove daquelas escolas foram reabertas, sob o compromisso de ser o ensino praticado em língua portuguesa. Nenhuma autoridade escolar visitou as aludidas escolas e tres destas ainda continuam fechadas, **havendo grande numero de creanças se criando em completo analfabetismo.**

Nos lares, na atividade da vida, nos negócios e trabalhos só se fala língua estrangeira.

Será isso nacionalização?

Muito duvidamos (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 2 de junho de 1940, p.2, **grifos nossos**).

Esta é mais uma crítica que expressa o descontentamento em relação ao governo, cujas ações de nacionalização não são executadas eficientemente na região, que continua desassistida especialmente em relação ao ensino, cuja ação educativa, na opinião do jornal, poderia efetivamente promover a nacionalização.

Em maio de 1940, uma nota justifica a não circulação do jornal durante dois meses: “houve dois mezes de interrupção, na distribuição do nosso jornalzinho, enquanto tivemos de preencher as exigências da legalização perante a policia”

⁵ A distância de Chapecó a Florianópolis é superior a 500 quilômetros.

(JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 5 de maio de 1940). Esta nota evidencia o controle exercido sobre a imprensa através da censura e o controle dos órgãos de imprensa.

No mês de junho, um chamamento da Delegacia Especial, convoca os detentores de armas a efetuar seu registro. Àqueles que possuem armas de guerra, ficaram intimados a entregá-las:

DELEGACIA ESPECIAL

[...]

Registro de Armas

Convidam-se todos que possuem armas de qualquer calibre e tamanho a irem fazer o respetivo registro, do dia 5 do corrente mez em deante.

Armas de Guerra

São intimados todos que possuem armas de Guerra, inclusive Winchester entregalas nesta Delegacia. Caso contrario, se forem encontradas armas de Guerra em poder de particulares, estes serão multados em 200\$000 e sujeitos também a responsabilidade, de acordo com a Lei de Segurança.

Os que fizerem entrega voluntariamente estão isentos de multa e responsabilidade.

Chapecó, 1 de Junho 1940.

1º Tenente P. Pires

DELEGADO ESPECIAL (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 2 de junho de 1940, p.2).

Nas edições seguintes, o assunto central relacionado à Campanha de Nacionalização novamente volta a ser a falta de escolas no município. A denúncia desta vez, é em torno de um núcleo de primitivos povoadores (caboclos) residentes recostados sobre a fronteira da colônia Porto Novo, cujas crianças brasileiras estão sem acesso à escolas:

Estamos informados que na zona compreendida entre a barra da lageado Macaco Branco e Peperi Guassú, margeando o rio Uruguai, ha um nucleo de população que exige a assistencia, ou ao menos alguma providencia do Governo.

Seja do Governo Eatadoal, ou seja do Governo Federal.

São trinta e nove famílias de caboclos, com aproximadamente sessenta creanças em idade escolar, e escolas lá não existem.

[...]

É uma população pobre, analfabeta e sem escolas.

[...] Enfim, os taes chamados intrusos são brasileiros, mas não è de esquecer que estão alojados em terras de dominio particular.

Parece-nos, portanto, que o Governo deverá tomar alguma providencia eficiente e oportuna, procurando salvaguardar os direitos de cada um e ao mesmo tempo as conveniencias de ordem publica. (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 20 de setembro de 1940, p. 1 – 4, **grifos nossos**).

Após três anos de implantação do Estado Novo, as denúncias do jornal quanto à falta de escolas no município de Chapecó continuam: “São escolas publicas estaduais, mas, o Estado que na maior parte dos municípios tem construído verdadeiros palácios para escolas primarias, em Chapecó, nem sequer conseguimos um pardieiro”. (JORNAL

A VOZ DE CHAPECÓ, 30 de setembro de 1940, p. 1). O registro é uma demonstração de que a Campanha de Nacionalização não está suprindo as necessidades das regiões interioranas. Perante tais situações, justifica-se que as ações nacionalizadoras tenham sido mais repressivas do que educativas.

Em outubro de 1940, lê-se uma nota onde os proprietários de rádios são chamados a registrá-los:

O Sr. Agente postal Telegrafico desta cidade avisa por nosso intermédio a todos os Srs. Proprietários de radios, a obrigação de serem registrados na agencia sob pena de multa e outras cominações. O registro é facilimo, por isso, os srs. Proprietários não devem se descuidar, providenciando para o registro indispensável. (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 10 de outubro de 1940, p. 1).

É de maneira silenciosa que o “cerco” se fecha. Embora o Brasil não tenha tomado uma postura oficial em relação à guerra, articulações internas, como é o caso do registro de rádios são realizados, de modo que, com a recolha dos mesmos em 1942, os proprietários não conseguem realizar grandes manobras para evitar seu recolhimento, já que estão cadastrados como proprietários. Deve-se lembrar que, campanha de registro de armas e de recolha de armas de guerra já havia sido realizada três meses antes.

Em fins de outubro, uma explicação é dada em forma de justificativa diante da não publicação de notícias sobre a guerra europeia no jornal local:

A guerra

Alguns, leitores de nosso jornal repararam que não temos dado noticia da guerra, em que estão envolvidas Inglaterra, Alemanha e Itália.

Resolvemos hoje explicar que assim procedemos do caso pensado.

Verdade é que ha tempos passados demos uma ou outra noticia desse grande acontecimento, que vem conturbando a humanidade, e destruindo vidas e patrimônio das Nações.

Atendemos a que não podemos influir em cousa alguma para solução desse gigantesco conflito.

Se um dos beligerantes vencer, não o temos ajudado e da derrota do outro nenhuma culpa nos caberá.

O governo brasileiro declarou a neutralidade do Paiz.

Esse é o nosso pensamento.

Certo é que o sr. Roosvelt (sic), Presidente da Republica Norte Americana, disse que se pode ser neutro nos atos, mas não nos sentimentos.

É uma verdade.

Mas, o Brasil e os brasileiros não podem esquecer que sempre fomos amigos da Alemanha e da Itália e também que, com a Inglaterra, O paiz teve e mantém vultuosos negócios, havendo grande soma do capital inglez empregado na Industria Nacional, especialmente em vias férreas.

Inglaterra foi sempre A fornecedora de dinheiros, quando os estadistas brasileiros, de chapéu na mão, lhe foram mendigar Emprestimos para atender ás necessidades ou ás orgias das antigas administrações.

Surpreendemo-nos que jornalistas ou advogados brasileiros vivam a escrever a favor da Alemanha hitlerista.

Provavelmente assim se exibem esses escribas de última hora, porque não leram o *Main Kampf*, de Adolfo Hitler, ou então leram e não compreenderam.

E se compreenderam e assim procederem... pior para eles, mas nós nada temos a ver com isso.

O sr. Hitler prega a doutrina das raças superiores e, além das raças inferiores, ha também diz ele, os povos mestiços incapazes de iniciativas louváveis, indignos de independência ou do exercício de qualquer direito, sem permissão daqueles que devem governá-los.

Ora, o povo brasileiro é um produto de cruzamentos e mestiçagem.

Será necessário dizer mais alguma coisa para justificar que nossos patricios não podem esposar a doutrina hitlerista?

O caráter brasileiro não teme confronto, nem cede em princípios de dignidade a quem quer que seja, mas isto não impede que haja muito brasileiro senvorgonha.

Infelizmente. (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 30 de outubro de 1940, p. 1 – 4, **grifos nossos**).

A posição do jornal reforça a neutralidade do país no conflito, assim como procura evidenciar a relação amistosa do Brasil com a Alemanha, Itália e Inglaterra. Contudo, mostra-se surpreso no fato de jornalistas posicionarem-se favoráveis à Alemanha. Se, como diz a nota, o dito jornal prima pela neutralidade, estranha a observação em torno daqueles que são favoráveis à causa alemã. Fica evidente que, a linha editorial do jornal é contrária à Alemanha no conflito, embora o discurso adotado pelo veículo seja de neutralidade.

Em ocasião do decênio de Getúlio Vargas no poder do país, o jornal estampou na primeira página: “O Brasil, não representa um homem, mas, um homem representa o Brasil e este que o representa tem sabido com o seu espírito equilibrado elevar o nome de sua Pátria no concerto das Nações” (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 10 de novembro de 1940, p. 1). Diante da data, uma festa comemorativa é anunciada: “Realizar-se-á hoje, às 20 horas, nos salões do Clube Esportivo Chapecoense uma festividade cívica patrocinada pelo Sr. Tte. João Eloy Mendes, Prefeito Municipal, em comemoração ao Estado Novo surgido em 10 de novembro de 1937 e que hoje completa 3 anos” (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 10 de novembro de 1940, p. 4).

Em 20 de abril de 1941, o jornal publicou uma reportagem alusiva ao aniversário de Getúlio Vargas:

A personalidade, do atual presidente da Republica, representa a soberania Nacional, é justo, portanto, que nesse dia estabeleçamos a comunhão dos nossos pensamentos, em sincera manifestação de patriotismo, fazendo votos como fazemos, pela felicidade do eminente Brasileiro, que há onze anos vem dirigindo os destinos da nossa grande Pátria. (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 20 de abril de 1941, p. 1).

Em 23 de maio de 1941, o mesmo jornal traz na primeira página, a transcrição de telegrama de agradecimento pela homenagem prestada ao presidente da República Getúlio Vargas em ocasião de seu aniversário. Lemos:

Palácio Catete, Rio.
Dr. Vicente Cunha, Diretor Proprietário d'A Voz de Chapecó. Aproz-me agradecer em nome do Presidente da República os cumprimentos e homenagens, que lhe foram prestadas por ocasião da passagem de seu aniversário. Cordeaes Saudações. Alberto de Andrade Queiroz. Secretario Interino. (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 23 de maio de 1941, p. 1).

Essa nota nos é muito importante, pois evidencia de que as informações veiculadas nos jornais, até mesmo de pequenas cidades como era o caso de Chapecó, eram acompanhadas atentamente pelas autoridades, o que mais uma vez demonstra o controle exercido sobre a imprensa.

Na mesma edição, nova denúncia é feita em torno do descaso no acesso às escolas no núcleo de Itapiranga. Segundo o jornal, a situação da nacionalização é grave no núcleo, onde apenas pouco mais da metade das crianças em idade escolar conseguiu se matricular para as aulas daquele ano:

Itapiranga
O distrito de Chapecó, cujo nome serve de titulo a estas linhas, compreende a maior parte das ternas colonizadas pela Empresa Colonizadora Sociedade União Popular dos Católicos Teutos Brasileiros do Rio G. do Sul.
O nome autentico é Volksverein, atualmente traduzido, como consta acima.
Quer dizer, é uma colônia onde só se fala a lingua alemã:
O governo brasileiro está interessado, no cumprimento de seu dever, em fazer que os **brasileirozinhos desnacionalizados**, sejam incorporados em a nacionalidade brasileira.
Para isto é necessário, como qualquer mentalidade, mesmo obtusa sabe, que aprendam a língua portuguesa.
Essa aprendizagem, é claro, tem de ser feita na escola.
Recentemente foram demitidos dois professores estadoaes, porque se descobriu que os filhos dos ditos professores não falavam, e não entendiam, a língua portuguesa.
Agora verifica-se que **naquele distrito, tem 807 creanças** em idade escolar, isto é, entre 7 e 13 anos de idade, **somente 434 frequentam escolas, e 353 não conseguiram matricula.**
Será assim que querem faser nacionalização?
Querem fazer não é o caso. Propriamente, **dizem que a nacionalização está feita!...**
Aqueles informações foram-nos prestadas por pessoa idônea.
As próprias creanças que frequentam escolas brasileiras não ficam sómente pôr isso nacionalizadas, e daí fácil é calcular o que pode resultar daquelas que se vão criando sem escolas e só falando a lingua de seus pais.
[...]
No entanto, Chapecó rende ao Estado mais de mil e dusetos contos por ano.
Era o caso de perguntar:
Mas, em que terra estamos?... (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 23 de maio de 1941, p. 4, **grifos nossos**).

Diante da exposição escrita em maio de 1941, fica muito evidente que o governo não implantou escolas públicas em número suficiente para atender todas as crianças, que, como consta na nota, continuam falando a língua de seus pais, o alemão. Ou seja, a falta de escolas é uma grave falha na ação educativa da nacionalização. Assim, a partir de 1942, fica claro que a ação repressiva foi mais evidente que a ação educativa na nacionalização em Itapiranga.

Na edição seguinte, o foco do jornal novamente volta a ser a Campanha de Nacionalização desencadeada no município de Chapecó, em especial no núcleo de Itapiranga. Conforme o jornal, no ano anterior (1940) Getúlio Vargas esteve em Blumenau-SC, onde se surpreendeu com as crianças e adolescentes das escolas empunhando bandeirolas e cantando o hino nacional, o que para o presidente, empolgado com o espetáculo cívico proporcionado por estas cabecinhas louras de olhos azuis, a nacionalização estaria feita. Rebate o jornal:

Não acompanhamos esse modo de pensar.

Pelo menos, o que ocorre em Chapecó está a exigir providências do Governo Federal, pois, o Estado parece não dispôr de meios para combater o mal.

Relembremos o que foi publicado, na ultima edição deste periódico, e qualquer pessoa, embora dotada de mediano bom senso, compreenderá que nos dias que correm, não há diferença da negligencia que imperava no passado.

Em Itapiranga, distrito deste município, colonizado pela Volksverein ou Sociedade União Popular dos Católico Teutos Brasileiros do Rio G. do Sul, de 807 creanças de idade, compreendida entre 7 e 13 anos, somente 454 conseguiram matricula nas escolas primarias e 353 não obtiveram.

Destas 353 creanças, algumas residem em logar onde não ha escola, outras não foram matriculadas, porque a lotação de cada escola é 45 logares e estes estavam preenchidos, e em outros logares havia escola, mas estavam vagas por falta de professor.

Dois professores foram demitidos naqueles distrito, porque tinham filhos e estes não falavam e não entendiam a língua portuguêsã.

Os professores dessas 454 creanças matriculadas, acima mencionadas, em quasi sua totalidade, são aqueles mesmos que, até o ano de 1938, tinham escolas particulares, davam o ensino em lingua alemã, e, segundo ouvimos dizer, recebiam subvenções de governo estrangeiro e da direção da Empreza Colonizadora.

Nesse dito ano de 1938 taes escolas foram fechadas, por ordem do governo estadoal, e o sino da igreja local; diariamente, á hora determinada, dobrava a finados, como protesto ao ato governamental.

Depois, no ano seguinte, em 1939, as escolas transformadas, em escolas estadoaes, foram reabertas, com os mesmos professores, que assumiram o compromisso de ministrar o ensino em língua portuguesa e obedecer á lei brasileira.

A fiscalizado foi deficiente, deficientissima, quazi nula, mas apesar disso, neste ano verificou-se que nem os filhos de dois professores entendiam a lingua nacional e por isso foram demitidos.

Agora, chega ao nosso conhecimento o numero de creanças sem escolas.

Além dessas 353, calcule-se a quanto não irá esse numero pois, apenas foram contadas entre 7 e 8 anos.

Achamos o problema apavorante, porque em contraposição á deficiência da ação nacionalizadora, a reação se multiplica por mil modos a começar nos lares e a se exercer nas igrejas, na vida social e econômica do aludido território, e também nos distritos vizinhos.

Providencias, senhores, providencias. (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 3 de junho de 1941, **grifos nossos**).

As observações evidenciam o claro descompasso em relação às ações de nacionalização que são adotadas pelo país. Se para Vargas a nacionalização está feita, para o jornal faltam providências por parte do governo federal, principalmente sobre a falta de escolas e de professores, consideradas as principais deficiências da ação nacionalizadora na região, com destaque para o núcleo de Itapiranga, onde apenas a metade das crianças em idade escolar frequenta a aula.

Em julho, o jornal volta a denunciar o abandono pelo governo dos núcleos de Itapiranga, Mondai, Passarinhos e São Carlos. A região é descrita como sendo

os distritos de maior produção agrícola, e reconheçamos também, de maia ordem e onde a população vive permanentemente ao seu trabalho, cada chefe de família cuidando do seu lar, e cuja contribuição aos cofres públicos é a mais importante, porém, onde a **falta de escolas** é por todos reconhecida e as estradas, isto é, a única estrada estadual, que os atravessa, está relegada a permanente abandono.

Estamos nos referindo a Itapiranga, no extremo Oeste Santa Catarinense e fronteira á Republica Argentina, e em seguida, vindo para Leste, pela margem do rio Uruguai, Mondai, Passarinhos e São Carlos.

[...]

Mas, os homens de Governo são obrigados a se elevar a uma atmosfera de superioridade mais que moral, patriótico, abstraindo-se de preocupações personalistas, interesseiras ou de paixões menos dignas. (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 13 de junho de 1941, **grifos nossos**).

A partir daquela data, não há mais edições do jornal disponíveis, porém, através dos exemplares analisados fica muito claro que a região Oeste do estado de Santa Catarina está “abandonada” pelo governo federal em relação à implantação de ações de nacionalização, especialmente na instalação de escolas para atender as crianças em idade escolar, que, no núcleo de Itapiranga em 1941, metade das crianças não tinha acesso à educação por falta de escolas e de professores. Muitas carências na implantação de ações nacionalizadoras são observadas, e, parece-nos que a população não tinha muita clareza sobre as exigências às quais deveriam se submeter. Contudo, os registros dos jornais fornecem subsídios suficientemente claros que nos levam a seguras conclusões que os primeiros anos do Estado Novo foram muito conturbados nesta região do estado. Seguramente podemos concluir que, diante da pouca eficácia nas ações educativas, as ações repressivas prevaleceram e foram mais evidentes no grande oeste catarinense, de modo especial no núcleo de Itapiranga.

Considerações finais

A análise das reportagens veiculadas no jornal acerca da Campanha de Nacionalização, além de se tratar de uma fonte de pesquisa inédita, revela a forma como o processo foi implantado na região. Pelos discursos, consegue-se ter uma noção sobre a maneira como a Campanha e os rumos político-administrativos foram concebidos pela imprensa e transmitidos à população.

Embora em edições fragmentadas de 1939 a 1942, é possível detectar as várias frentes de atuação desencadeadas no período, a iniciar pelo discurso publicado em 1929 pelo diretor do jornal sobre a necessidade de extinguir o “mal dos quistos raciais”, contaminados de influência estrangeira instalados nos núcleos coloniais espalhados pelo município. Fica evidente que, a posição do jornal é que o processo de nacionalização apenas poderá ter êxito por meio da ação educativa, com a instalação de escolas nestes núcleos, cujas denúncias constantes dão conta de falhas nesse procedimento.

Não restam dúvidas que a Campanha de Nacionalização e sua consequente repressão em colônias germânicas, entre elas, a colônia Porto Novo de Itapiranga, foram uma tentativa do governo promover à força a assimilação de condutas nacionalistas, através da imposição de uma identidade nacional e elementos brasileiros, em especial a língua. A imposição da Lei de Nacionalização foi um modelo autoritário de governo implantado por Vargas, na finalidade maior de instituir um “modelo” de brasileiro, um padrão de identidade nacional, atropelando assim, um processo que estava acontecendo de forma gradativa e natural. Para tanto, muitas colônias germânicas vistas como “quistos étnicos” sofreram repressão de seus elementos não patrióticos. Diante de sua formação homogênea, Porto Novo constituiu-se de um grupo étnico formado por (i) migrantes alemães, cuja presença alemã era tida como um sinônimo de perigo para o modelo estado-novista de Vargas, sendo os “desnacionalizados” vistos como ameaça à segurança nacional diante de sua não assimilação.

No intuito de assegurar a integridade e a segurança nacional, o governo procura exercer um controle rígido, promovendo a Campanha de Nacionalização, combatendo os “quistos étnicos”. Porto Novo possuía forte valorização de elementos estrangeiros: o alemão era falado em todos os locais inclusive na escola e na igreja, os materiais de leitura eram todos em idioma alemão. Com a medida proibitiva do uso do idioma alemão, a imensa maioria dos moradores teve muitas dificuldades em se adaptar, pois desconhecia a língua portuguesa. Muitos foram presos por falar em alemão, sendo a

Brigada do Rio Grande do Sul a responsável pela execução das leis da nacionalização. Esta ação, porém, foi a repressão policial, uma vez que, conforme o jornal A Voz de Chapecó, as ações educativas não foram implantados como deveriam na região. Assim, a repressão policial como ação de assimilação durante a Campanha de Nacionalização em Itapiranga prevaleceu sobre a ação educativa, defendida nos discursos veiculados na imprensa local entre 1939 e 1941.

Referências bibliográficas

EIDT, Paulino. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.

_____. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise**. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

_____. **De Otto Von Bismarck a Angela Merkel: do “perigo alemão” ao “neonazismo” no Brasil**. História: Questões & Debates. Curitiba, n. 58, p. 89-112, jan./jun. 2013. Editora UFPR, 2013.

HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina – aspectos sócio-políticos, econômicos e religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor! - As colônias germânicas e a campanha de nacionalização**. São Leopoldo, RS: Dissertação (Mestrado em História) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2003.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

FONTES PRIMÁRIAS:

JORNAL A Voz de Chapecó. Edições 1939 a 1941.

Artículo recebido: 21 de marzo de 2016

Aprobado: abril 2016

Publicado: julio 2016